

STF vota proposta sem ouvir servidores



Florianópolis e outros municípios mantêm greve.

Em Assembleia realizada nesta quarta-feira, 12, na Justiça Federal, após o Ato Unificado, os servidores aprovaram a continuidade da Greve até a derrubada do veto do Executivo ao PLC 28/2015. A categoria em SC irá enviar nota à Fenajufe dizendo não à proposta rebaixada negociada pelo STF. Joinville, Chapecó e Blumenau também avisaram ainda ontem que rejeitam a proposta e continuam em Greve.

Reajustar em 12% o Vencimento Básico (VB) e majorar a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) dos atuais 90% para 140%, entre 2016 e 2019. Esse é o resumo do novo projeto de reajuste dos servidores do Judiciário federal. Negociado pelo STF com o governo sem a participação dos servidores, ele foi anunciado à Fenajufe na manhã desta quarta-feira, 12. Não foi

apresentada minuta por escrito.

O reajuste, segundo o Supremo, deve ser de até 41,47% sobre o cargo efetivo (considerados VB e GAJ), a partir de um montante de 23,2% sobre a folha de pagamento. A proposta traz ainda o percentual de 25%

de reajuste dos CJs de nível 4, 3 e 2, e de 16% para os de nível 1, na íntegra a partir de janeiro de 2016. Ela também estende o adicional de qualificação (AQ) para Técnicos Judiciários com nível superior, calculado em 5% sobre o vencimento básico.

Quanto ao prazo de implementação, está previsto escalonamento em oito parcelas semestrais com início em janeiro de 2016 e término em julho de 2019. E mais, nos percentuais propostos, estariam absorvidos os 13,23% que vêm sendo buscados e já alcançados judicialmente e administrativamente por segmentos da categoria, como em recente decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que reconheceu o índice aos servidores do MPU, e os R\$ 59,87 da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) instituída pela Lei 10.698/03, que

tem dado causa ao reconhecimento desse direito.

A Fenajufe, por meio de seus coordenadores, argumentou que além de não ter sido discutida com a categoria, a proposta também não repõe a inflação registrada em anos anteriores e no atual (previsão de 10%), nem contempla, por conseguinte, as perdas futuras.

Quanto à disparidade de tratamento no reajuste discutido para os salários dos ministros do STF e do conjunto da magistratura, a Fenajufe insistiu que seja assegurado aos servidores o mesmo tratamento. O reajuste de 16% proposto para os magistrados é anual e repõe as perdas inflacionárias integralmente, inclusive com projeção da inflação deste ano. Além disso, já foi aprovado no final do ano passado um outro reajuste à magistratura, em vigor a partir de janeiro passado.

Análise preliminar da Federação aponta que a proposta apresentada em muito se aproxima da anterior, de 21,3%, em 04 parcelas anuais, apresentada inicialmente pelo governo, já que o índice informado é de 23,2% sobre a folha. Além dos quatro anos, o parcelamento semestral também impõe perdas aos servidores, em razão da postergação e valores todos os anos. Em alguns casos, identificados na Justiça do Trabalho, o

reajuste seria ainda menor.

No início da tarde, os coordenadores da Fenajufe Alexandre Magnus e Adilson Rodrigues se reuniram com o presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, para pedir apoio à derrubada do veto ao PLC 28. Outro pedido feito o ministro foi que intercedesse para que a nova proposta de reajuste não fosse enviada ao Legislativo antes da apreciação do veto.

Na conversa, o ministro informou que desconhecia a decisão de absorção dos 13,23% incorporados aos vencimentos dos servidores da Justiça do Trabalho por decisão judicial, como parte do acerto do STF com o governo. Levenhagen disse ainda que por desconhecer a matéria, não poderia autorizar uma proposta que prejudicaria os servidores da JT.

No final da tarde os ministros do STF aprovaram, em sessão administrativa, o envio de projeto prevendo um reajuste de 16,38% para os próprios salários, que segundo o presidente, em nota na página do Supremo, corresponde a um resíduo de 4,6% não contemplado na revisão anterior, mais a reposição de perdas com base no IPCA de 2009 a 2014 e a projeção do IPCA de 2015, chegando a um valor de mais de R\$ 39 mil a partir de janeiro de 2016, de uma só vez.

Além do novo projeto de reajuste, os ministros também começaram a discutir a proposta de uma nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman). A proposta é altamente polêmica, entre outras razões, por instituir uma série de benefícios aos magistrados, que não estariam sujeitos ao teto

constitucional.

Ainda na notícia publicada nesta noite no portal do STF na internet, “Lewandowski assinalou ainda que a situação econômica do país ‘mudou drasticamente’ desde a apresentação do PLC 28, o que afetou as negociações e resultou no veto integral daquela proposta pela Presidência da República”. A declaração dá a entender, mais uma vez, que o ministro teria avalizado expressamente o veto.

Reunidos em frente ao STF, os servidores protestaram contra o reajuste negociado entre o STF e o governo. A manifestação sofreu forte repressão policial, que acabou ferindo gravemente uma pessoa. Outros três manifestantes foram detidos, e estão sendo assistidos juridicamente.

Da Fenajufe

Nota do Comando Nacional de Greve na Fenajufe

O Comando Nacional de Greve da Fenajufe, reunido nesta quarta-feira, 12, ante os termos avançados entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Executivo a respeito da reposição salarial dos servidores do Judiciário Federal, vem a público esclarecer:

1) Os termos avançados entre os Poderes Executivo e Judiciário, comunicados nesta data pelo Supremo Tribunal Federal à Fenajufe, foram encaminhados sem qualquer consulta aos servidores e às suas instâncias representativas, impossibilitando que a categoria pudesse opinar a respeito;

2) Os termos avançados entre os Poderes Executivo e Judiciário não contemplam a demanda da categoria pela reposição das perdas inflacionárias acumuladas desde 2006, que representam o percentual de

49,62%, segundo dados do próprio Supremo Tribunal Federal;

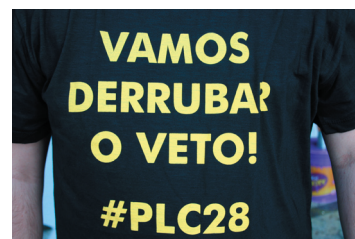
3) Os termos avançados, ainda, atacam direitos conquistados pela categoria ao suprimir vantagens remuneratórias que abrangem, em maior ou menor grau, todos os servidores do Judiciário Federal;

4) Os servidores do Judiciário Federal permanecem exigindo a reposição integral das perdas salariais acumuladas, em prazo razoável de implementação;

5) Na falta de um espaço de diálogo neste sentido, este Comando Nacional de Greve reitera a convocação da categoria à luta pela derrubada do Veto 26/2015, referente ao PLC 28/2015 – projeto formulado pelo STF e aprovado em ambas as casas do Congresso Nacional.

Brasília-DF, 12/08/2015.

Caravana à Brasília



No Ato de ontem na Justiça Federal, foi aprovada ida a Brasília, **de ônibus**, na próxima semana. Interessados devem enviar e-mail para o viagemderrubaveto@sintrajusc.org.br a partir das 13 horas de hoje (13) até amanhã (sexta-feira) às 17 horas, com o assunto “Ônibus”. Também foi aprovada arrecadação de recursos para essa viagem. Depósitos podem ser feitos na conta para esse fim na CEF, operação 013, agência 2370, conta 2381-7. A viagem de ônibus só será feita se houver quórum. Se isso não acontecer, os recursos arrecadados nessa conta irão para o Fundo de Mobilização e Luta do Sindicato.